

Educação cívica em S. João da Madeira: análise no âmbito do processo de Agenda 21 Local

Marta PINTO ¹; Conceição ALMEIDA ²; Joana OLIVEIRA ³; Pedro SANTOS ⁴;
Margarida SILVA ⁵

Grupo de Estudos Ambientais - Escola Superior de Biotecnologia - Universidade Católica Portuguesa
Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 4200-072 Porto - Portugal

¹ Assistente de Investigação, mapinto@esb.ucp.pt

² Assistente de Investigação, cmalmeida@esb.ucp.pt

³ Estagiária, jmoliveira@mail.esb.ucp.pt

⁴ Assistente de Investigação, pedrofs@esb.ucp.pt

⁵ Professora auxiliar msilva@esb.ucp.pt

Sumário: A Agenda 21 Local consiste num processo de desenvolvimento participativo, através do qual se procura o consenso entre as autoridades locais e os diversos parceiros da sociedade civil com o objectivo de preparar e implementar um Plano de Acção dirigido às prioridades locais no qual se integre a protecção do ambiente, a prosperidade económica e a equidade social da comunidade. O Concelho de S. João da Madeira está a desenvolver um processo dessa natureza onde a “Cidadania” ou “Educação Cívica” foi identificada pelos participantes no processo como uma das principais questões estratégicas para o futuro. Na presente comunicação descreve-se a metodologia e resultados obtidos no diagnóstico à “Educação Cívica” no Concelho e apresentam-se as conclusões daí retiradas que deram origem a um “Plano de Acção” para esta área a ser implementado até 2006. Discute-se ainda quais os aspectos críticos para a implementação futura das acções propostas.

INTRODUÇÃO

A Agenda 21 Local (A21L) consiste num processo participativo através do qual se procura o consenso entre as autoridades locais e os diversos parceiros da sociedade civil. O objectivo principal é preparar e implementar um Plano de Acção de curto e longo prazo dirigido aos problemas e prioridades locais, no qual se integram as preocupações de protecção ambiental, de prosperidade económica e de equidade social da comunidade.

Consciente de que o concelho de S. João da Madeira pode assumir um papel importante na promoção nacional e regional do desenvolvimento sustentável, a autarquia encetou conjuntamente com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa um processo de implementação da Agenda 21 Local. Com este processo pretende-se definir e implementar progressivamente um plano de acção visando o desenvolvimento local mais sustentável e fomentando o desenvolvimento pelos Sanjoanenses de um sentimento de pertença, responsabilidade individual e espírito comunitário.

A implementação do processo de Agenda 21 Local em S. João da Madeira passou já pelas duas fases iniciais: (1) Sensibilização da comunidade e constituição do Fórum Participativo e (2) Elaboração do diagnóstico selectivo e plano de acção. Está neste momento num momento crítico do processo: (3) Implementação do plano de acção.

A CIDADANIA COMO UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA EM S. JOÃO DA MADEIRA

No âmbito da Agenda 21 Local no Concelho de S. João da Madeira foi encetado um processo de participação pública baseado essencialmente em questionários à população e na dinamização de reuniões específicas para discussão das prioridades para o Concelho (no seio do Fórum

Participativo da Agenda 21 Local). Desse processo de participação pública resultou a conclusão de que a educação cívica é um aspecto estratégico para o Concelho de S. João da Madeira.

A consulta alargada à população através de questionários permitiu concluir que 5% dos indivíduos que responderam apresentavam directamente a educação como uma questão prioritária (a sexta prioridade numa listagem de mais de 25 questões). Indirectamente foram efectuadas várias referências à “falta de espírito cívico” ou à “falta de civismo” como problemas específicos. No Fórum Participativo a questão da educação cívica é apontada como prioritária por 14 % dos participantes (foi o terceiro tema mais votado).

Quando questionados sobre as principais potencialidades do Concelho, surgem respostas como a “educação” (7%), as “pessoas” (4%) e os “eventos culturais” (6%). No total 17% das respostas centram-se em torno da promoção do valor do cidadão.

Neste contexto foi elaborado um relatório sobre “Educação Cívica – Diagnóstico e Plano de Acção para S. João da Madeira”. O relatório pretendeu analisar a situação actual e sugerir um conjunto de acções que possam vir a ser implementadas no curto, médio e longo prazo no sentido de contribuir para um maior nível de conhecimento dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres em comunidade e envolvimento real na vida democrática do Concelho.

De uma forma sintética poderemos dizer que o diagnóstico da Educação Cívica em S. João da Madeira passou, por um lado, pela caracterização de alguns indicadores básicos de instrução e de acesso à cultura e à informação e, por outro lado, dos níveis de conhecimento dos cidadãos em relação aos aspectos ambientais e aos instrumentos disponíveis para a participação do cidadão. Foca ainda as várias instituições de S. João da Madeira, fazendo uma análise das suas actividades na área da educação cívica, bem como a forma como os cidadãos nelas participam.

Os dados não são exaustivos. Tentou-se, no entanto, reunir informação diversificada que permita construir o “quadro da cidadania” em S. João da Madeira e, a partir desses dados, propor medidas promotoras da cidadania no Concelho.

Neste trabalho pretendemos apresentar a metodologia de participação pública para auscultação da população nesta fase do processo de implementação da Agenda 21 Local e ainda os dados reunidos no diagnóstico, a análise SWOT (pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades) da cidadania no Concelho e ainda o Plano de Acção proposto.

TRAÇAR O “QUADRO DA CIDADANIA” NO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

1. Metodologia

Na Tabela 1 são apresentados os dados que figuram no diagnóstico e a metodologia geral adoptada para a sua obtenção. A metodologia adoptada é também sucintamente detalhada.

1.1. Questionário ao cidadão

Com este questionário pretendeu-se averiguar sobre os conhecimentos, percepções, atitudes e comportamentos dos cidadãos de S. João da Madeira, em particular no que diz respeito à sua participação na comunidade e relação com o ambiente.

Foi elaborado um guião de questionário que foi testado em quatro Sanjoanenses. Realizaram-se entrevistas a 1,5% da população residente com idade superior a 15 anos (de acordo com os Censos 2001), tendo sido entrevistados 216 indivíduos. De forma a fazer reflectir a diversidade etária e representar indivíduos de ambos os sexos, a amostra foi estratificada por classe etária e por sexo de forma a reflectir proporcionalmente a realidade sanjoanense. O cálculo foi efectuado a partir dos dados dos Censos de 2001. As entrevistas foram realizadas face-a-face na rua nos dias 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 19 de Abril de 2004. O local seleccionado para a aplicação dos questionários foi a Praça Luís Ribeiro, uma zona pedonal no centro urbano. Foram entrevistados 104 homens e 112 mulheres de acordo com os estratos etários definidos.

Tabela 1 – Informação recolhida para o diagnóstico da Educação Cívica em S. João da Madeira e descrição da metodologia adoptada para a obtenção dessa informação.

| | Informação a recolher | Metodologia |
|--|--|---|
| Educação cívica | Conceitos Obstáculos Potencialidades | Questionário aos líderes de opinião |
| Educação | Níveis de instrução dos residentes | INE Rede Social |
| | Taxa de analfabetismo | Rede Social |
| | Nº de instituições de ensino | Rede Social |
| Acesso à cultura | Ocupação dos tempos livres e práticas culturais | Rede Social |
| | Número de bibliotecas e de utilizadores das bibliotecas | INE Biblioteca Municipal Câmara Municipal SJM |
| | Despesas com actividades culturais | Rede Social |
| | Número de espectáculos públicos | Rede Social |
| Acesso à informação | Acesso e utilização da Internet (conhecimento e utilização da página na Internet da autarquia) | Questionário ao cidadão |
| | Alunos por computador com ligação à Internet | Escolas do Concelho |
| | Postos públicos de acesso à Internet | Câmara Municipal SJM Espaço Internet Biblioteca Municipal |
| | Imprensa local (número de jornais e de leitores) | Órgãos de comunicação social locais |
| | Fontes de informação sobre ambiente (actuais) | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| | Fontes de informação sobre ambiente (desejadas) | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| | Níveis de informação | Nível de informação relativamente às questões ambientais |
| Conhecimento específico quanto a um aspecto global (causa do aquecimento global) | | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| Conhecimento específico quanto a um aspecto local (destino dos RSU) | | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| Conhecimento dos conceitos/causas/soluções dos problemas ambientais | | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| Participação pública | Percepção quanto aos processos de participação pública existentes | Questionário aos líderes de opinião do Concelho |
| | Dados da participação pública do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho de S. João da Madeira (RMEU) | Câmara Municipal SJM |
| | Dados da participação pública da Avaliação de Impacte Ambiental da Construção do IC2 | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional |
| | Participação em associações locais: - Conhecimento - Nível de participação - Forma de participação - Desejo de participação - Modo de participação desejável - Percepção quanto às associações necessárias | Questionário dirigido ao cidadão em geral Câmara Municipal SJM |
| | Número de associações, âmbito de actuação e actividades de educação cívica levadas a cabo | Rede Social Questionário às associações |
| | Número de voluntários nas associações | Rede Social Questionário às associações |
| | Número de sócios | Rede Social Questionário às associações |
| | Idade média dos sócios | Questionário às associações |
| | Percentagem de sócios que pagam as cotas | Questionário às associações |
| | Número de sócios que comparecem nas assembleias-gerais | Questionário às associações |
| | Nível de associativismo na escola | Rede Social |
| | Participação das escolas no Programa Escolar da Agenda 21 Local | ESB-UCP |
| | Abordagem da formação cívica nas escolas | Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais |
| Apresentação de queixas ou reclamações - Conhecimento do procedimento - Destinatário da reclamação - Grau de satisfação | | Questionário dirigido ao cidadão em geral |

| | | |
|--|---|--|
| | Participação no processo de Agenda 21 Local - Conhecimento - Participação - Percepções | Questionário dirigido ao cidadão em geral ESB-UCP |
| | Formas de participação na vida política e social | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| | Níveis de afluência às urnas | Associação Nacional de Municípios Portugueses |
| | Número de sindicatos | Sindicato de Professores do Norte CGTP-IN |
| | Acções que o cidadão promoveu para resolver os problemas ambientais | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| | Comportamentos individuais no dia-a-dia | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| Instituições | Instituições existentes | Rede Social de S. João da Madeira |
| | Oferta das instituições na área da educação cívica | Questionário às instituições |
| | Mecanismos que as instituições utilizam para informar o cidadão | Questionário às instituições |
| | Mecanismos de participação pública que as instituições oferecem | Questionário às instituições |
| | Procedimento de tratamento dos <i>inputs</i> participativos | Questionário às instituições |
| Relação dos cidadãos com o ambiente | Níveis de preocupação do cidadão | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| | Percepção quanto ao ambiente no futuro | Questionário dirigido ao cidadão em geral |
| | Problemas ambientais que afectam o cidadão no dia-a-dia | Questionário dirigido ao cidadão em geral |

1.2. Entrevista a líderes comunitários

De forma a obter mais dados qualitativos sobre educação cívica no Concelho, bem como reunir propostas de acções adaptadas à realidade, optou-se pela realização de entrevistas informais a pessoas com uma forte actividade na comunidade sanjoanense. Foi preparado um guião de entrevista próprio e os entrevistados (12) foram seleccionados de forma arbitrária com a ajuda de elementos da Rede Social de S. João da Madeira.

1.3. Entrevista às instituições públicas

No sentido de identificar as várias instituições públicas do Concelho foi realizada uma pesquisa no Guia de Recursos de S. João da Madeira (Rede Social, 2002). Depois de identificadas as várias instituições (públicas e privadas) relevantes na área da cidadania foi preparado um guião de entrevista cujo principal objectivo era o de conhecer as actividades desenvolvidas que pudessem ser enquadradas no âmbito da educação cívica, os mecanismos de informação ao cidadão, os instrumentos de participação pública disponibilizados e os procedimentos de tratamento dos contributos dos cidadãos. As entrevistas foram presenciais com representantes das várias instituições contactadas (24).

1.4. Entrevista às associações

Foi preparado um guião de entrevista cujo principal objectivo era o de conhecer as actividades desenvolvidas, os mecanismos de informação ao cidadão, as formas de participação do cidadão (número de sócios total, percentagem de sócios que paga as cotas, número de voluntários, número de sócios que comparece nas Assembleias Gerais). Depois de identificadas as várias associações, utilizando o mesmo método adoptado para a identificação das instituições, foi efectuada uma selecção daquelas que têm um maior potencial para o desenvolvimento de acções de educação cívica. Essas foram contactadas para a realização de uma entrevista presencial. As restantes foram contactadas via carta (foi enviada uma carta de apresentação e um questionário que deveria ser devolvido preenchido). No total foram contactadas 39 associações.

1.5. Entrevista às escolas e agrupamentos de escolas

Por forma a conhecer a abordagem à temática da educação cívica nas escolas de S. João da Madeira e dados sobre o associativismo no meio escolar contactaram-se os dois agrupamentos escolares, as três escolas Secundárias, a escola EB 2,3, o Centro de Educação Integral (privado com todos os níveis de ensino) e todas as escolas do 1º ciclo EB. Os contactos foram estabelecidos face-a-face e via telefone.

2. Principais resultados

Na impossibilidade de expressar nesta comunicação todos os resultados, a apresentação de dados centra-se em seis aspectos essenciais.

2.1. Conceito de educação cívica

No que respeita aos conceitos de educação cívica a maioria dos entrevistados denota uma fusão com o conceito de cidadania e localiza-se no eixo “participação activa na construção da comunidade” – “demonstrar respeito pelo outro e ter comportamentos adequados nos espaços comuns”. Foi ainda referido o facto de em sociedade existirem direitos, mas também deveres e como tal a educação cívica contribuir para o conhecimento dos direitos e para que se desenvolvam as competências necessárias ao cumprimento dos deveres.

2.2. Níveis de informação sobre ambiente em situações concretas

Com o intuito de poder avaliar mais precisamente os níveis de conhecimento sobre alguns aspectos ambientais foram colocadas aos Sanjoanenses algumas questões concretas sobre o ambiente no âmbito global e local.

Perguntou-se primeiro qual a principal causa do aquecimento global. A maioria dos Sanjoanenses inquiridos respondeu que o aquecimento global se deve ao aumento do buraco da camada de ozono (42%) ou ao uso de sprays (10%). Uma percentagem com algum significado respondeu não saber a resposta e somente 30% respondeu correctamente a esta questão. Estes números indicam que, apesar de os Sanjoanenses se declararem informados, na verdade apresentam níveis baixos de conhecimento sobre as questões ambientais.

Foi igualmente avaliado um aspecto do ambiente local, à partida mais próximo do cidadão e da sua realidade. Perguntou-se: sabe qual é o destino dos seus resíduos? A percentagem de respostas correctas neste caso é de 45%. Continua, no entanto, a haver uma elevada percentagem de inquiridos que diz não saber qual é a resposta (31%) e 24% dos Sanjoanenses apontaram a resposta incorrecta. Estes números, mais uma vez, revelam existir um desconhecimento sobre as questões ambientais.

2.3. Participação nas associações locais

Quando inquiridos sobre se conhecem as associações locais, 57% dos Sanjoanenses entrevistados refere conhecê-las. Sobre a forma como colaboram nas associações, a maioria dos inquiridos refere que participa nas actividades desenvolvidas pelas associações. Dezoito por cento referem ser sócios e manter as quotas em dia e 12% são voluntários nas actividades desenvolvidas, o que denota um grau de participação com algum significado.

No que diz respeito ao desejo de participação numa associação de âmbito local, 30% dos entrevistados refere ter vontade de participar activamente. Os restantes referem claramente não estar interessados em colaborar. Comparando a percentagem que já colabora de algum modo com uma associação (18%) com a percentagem que gostaria de o fazer (30%) verifica-se existir um diferencial de 12% que pode ser potenciado no Concelho.

Quando perguntamos aos Sanjoanenses disponíveis (30% do total) como gostariam de participar nas associações a maioria destes declara que gostaria de ser voluntário (26%). Esta informação

permite-nos concluir que há algum desejo de participação activa nas associações por parte significativa dos entrevistados.

No que diz respeito ao tipo de associação que mais falta faz em S. João da Madeira, a maioria das respostas aponta para uma de cariz ambiental (27%). Logo em seguida destaca-se a necessidade de associações de cariz cultural (22%) e cívico (18%), o que indica claramente uma orientação no sentido do chamado «novo associativismo», ligado aos valores pós-materialistas, em desfavor do binómio tradicional do desporto e recreio.

Existem em S. João da Madeira 45 associações, segundo dados da Autarquia. De acordo com as 32 que participaram neste estudo, a idade média aproximada dos sócios das associações de S. João da Madeira é de 40 anos, o que nos leva a concluir a necessidade de um reforço de jovens nas associações locais. A participação voluntária é elevada, sendo que praticamente todas as instituições têm voluntários, e a percentagem de sócios que paga as respectivas quotas é, em média, elevado (72,2%). Em relação à percentagem média de associados que estão presentes nas reuniões da assembleia-geral, esse número é de 31,7%. De acordo com estes dados, podemos afirmar que as associações do Concelho têm níveis de participação activa com algum significado.

2.4. Conhecimento sobre as ferramentas de participação pública

Apresentam-se nesta secção os dados recolhidos junto dos líderes da comunidade e da população em geral.

Na Tabela 2 apresentam-se as formas de participação pública identificadas pelos líderes comunitários. Não deixa de ser curioso que, a par da participação nas associações locais, a forma de participação pública mais referida seja a denúncia de determinadas situações nos jornais. Este facto leva a crer que o cidadão não acredita no funcionamento das instituições e no respeito pela sua participação, preferindo aumentar a visibilidade da situação.

As associações são um ponto forte do Concelho e isso é mais uma vez visível através destes testemunhos - a maioria dos “líderes” aponta as associações como forma de participação do cidadão na vida política e social do Concelho.

A Agenda 21 Local, embora seja referida como um processo ainda pouco conhecido pelos Sanjoanenses, é já assumida pelos “líderes” como um processo importante de participação pública. No que diz respeito à Assembleia Municipal, quase todos referem este instrumento da democracia local, mas todos são também unânimes: há um baixo nível de participação do cidadão nestas reuniões municipais.

Também é de relevar o papel que é atribuído à comunidade escolar: acredita-se que a participação através da escola pode influenciar a comunidade mais alargada.

Quanto às formas de apresentação de reclamações/pedidos estas dividem-se pelo Gabinete de Apoio ao Município, os contactos directamente estabelecidos com os representantes dos departamentos municipais e as reuniões com o Presidente da Câmara/Vereadores.

Um dos direitos que os cidadãos têm é o de apresentação de reclamações ou queixas. Quando questionados se haviam já apresentado alguma queixa ou reclamação a uma instituição pública, 42% dos Sanjoanenses referem tê-lo já feito. O destinatário dessa queixa foi, na maioria das vezes, a Câmara Municipal de S. João da Madeira (57% das respostas). Na Polícia foram apresentadas 7% das queixas. Um dado curioso sobre a apresentação de queixas refere-se ao facto de somente 15% dos entrevistados afirmar conhecer os mecanismos de apresentação de reclamações, mas haver uma percentagem largamente superior de pessoas que já apresentaram reclamações. Estes números podem indicar que, apesar do desconhecimento sobre os seus direitos e formas de aplicação, os Sanjoanenses têm uma grande capacidade de iniciativa para alterar as situações que lhes causam desconforto. Pode ainda ser esgrimida uma outra

explicação: os cidadãos conhecem já os mecanismos básicos de participação mas têm alguma insegurança quanto ao procedimento, isto é, não tiveram a oportunidade de confirmar que os instrumentos que conhecem são os mais correctos e efectivos.

Tabela 2 - Formas de participação pública identificadas pelos “líderes da comunidade”.
N = nº de vezes que um determinado processo de participação pública é referido.

| Formas de participação pública | N |
|--|---|
| Participar na Assembleia Municipal | 7 |
| Participar na Assembleia de Freguesia | 1 |
| Participar na reunião pública do executivo municipal | 5 |
| Denunciar situações através dos jornais | 8 |
| Participar nas associações locais | 8 |
| Utilizar o Gabinete de Atendimento ao Múncipe | 3 |
| Participar nas associações de pais e nas reuniões organizadas na escola | 3 |
| Participar no processo da Agenda 21 Local | 7 |
| Solicitar reuniões à Junta de Freguesia | 1 |
| Comparecer na Câmara Municipal no dia de atendimento do Presidente/Vereadores | 4 |
| Deixar uma sugestão/reclamação na caixa de sugestões que existe na Câmara Municipal. | 1 |
| Participar nas actividades desenvolvidas pelas várias instituições | 1 |
| Usufruir dos espaços públicos | 1 |
| Deixar sugestões/reclamações na página da Câmara na Internet | 1 |
| Contactar os departamentos responsáveis da Câmara Municipal | 4 |
| Dar pareceres sobre os Regulamentos Municipais colocados em discussão pública | 2 |
| Contribuir como voluntário | 3 |
| Inscrever-se em Sindicatos | 1 |

2.5. Participação e percepções sobre a Agenda 21 Local

Quando questionamos os cidadãos de S. João da Madeira sobre se conhecem o processo de Agenda 21 Local, 30% afirma conhecê-lo. No entanto só 18% participa, de alguma forma, no processo. Na Tabela 3 é possível observar os dados de participação efectiva da comunidade Sanjoanense nas actividades relacionadas com a Agenda 21 Local.

Tabela 3 - Alguns dados quantitativos relativos à participação da comunidade Sanjoanense no processo de Agenda 21 Local

| | |
|---|-----|
| Taxa de resposta ao questionário à população enviado via postal | 1% |
| Taxa de resposta ao questionário enviado a políticos e técnicos | 26% |
| Nº de utilizadores da página da A21L na Internet (Setembro/Outubro 2003) | 303 |
| Nº de indivíduos presentes na primeira reunião do Fórum Participativo | 68 |
| Nº de instituições presentes na primeira reunião do Fórum Participativo | 56 |
| Nº de indivíduos presentes na segunda reunião do Fórum Participativo | 49 |
| Nº de instituições presentes na segunda reunião do Fórum Participativo | 37 |
| Nº de indivíduos presentes na terceira reunião do Fórum Participativo | 47 |
| Nº de instituições presentes na terceira reunião do Fórum Participativo | 34 |
| Nº de indivíduos presentes na quarta reunião do Fórum Participativo | 75 |
| Nº de instituições presentes na quarta reunião do Fórum Participativo | 42 |
| Nº de instituições participantes no Dia da Agenda 21 Local (Dia da Terra) | 44 |

Perguntou-se ainda aos inquiridos qual o seu grau de concordância com um conjunto de frases sobre a Agenda 21 Local de S. João da Madeira de forma a avaliar o seu real conhecimento sobre o processo e ainda as percepções que têm sobre este.

Relativamente à frase “o processo de Agenda 21 Local é mais um projecto sem futuro, pois os políticos não vão fazer o que os munícipes pedem”, a maioria dos inquiridos mostrou-se discordante ou muito discordante (70%), o que indica, por um lado, uma forte confiança nos políticos, e por outro, uma grande expectativa em relação às fases seguintes de implementação da Agenda 21 Local. Relativamente à frase “o processo de Agenda 21 Local permite ao Concelho pensar o seu futuro e introduzir a sustentabilidade ambiental, económica e social nas decisões”, a maioria das respostas é de concordância. 75% dos inquiridos diz concordar ou concordar totalmente com a afirmação. A maioria dos Sanjoanenses (86%) compreende o papel que o processo de implementação da Agenda 21 Local tem na promoção da participação pública, pois concordam ou concordam totalmente com a afirmação “o processo de Agenda 21 Local é um processo de planeamento do Concelho muito importante porque as opiniões das pessoas quanto ao futuro são ouvidas”.

2.6. Análise SWOT da situação actual

Na Tabela 4 apresenta-se uma análise SWOT (sistematização dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças) da situação no Concelho que foi tida em conta na definição dos eixos estratégicos de actuação constantes neste Plano de Acção. Esta análise foi efectuada com base em todos os dados recolhidos no diagnóstico.

Tabela 4 - Análise SWOT da educação cívica em S. João da Madeira

| | |
|--|---|
| <u>Pontos fortes (S)</u> | <u>Pontos fracos (W)</u> |
| <p>Associativismo já existente no Concelho</p> <p>Agenda 21 Local já em curso</p> <p>Fóruns vários (Rede Social)</p> <p>Imprensa local/regional</p> <p>Alguma dinâmica já existente em termos de eventos</p> <p>Ausência de carências económicas generalizadas graves</p> | <p>Falta de estruturas para a cultura e lazer</p> <p>Baixos níveis de participação na vida associativa</p> <p>Poucas acções na área do ambiente</p> <p>Falta de informação</p> <p>Falta de preparação do cidadão para uma participação activa</p> <p>Desconhecimento dos direitos/deveres de cidadão</p> |
| <u>Oportunidades (O)</u> | <u>Ameaças (T)</u> |
| <p>Consciência da existência de um problema generalizado de ausência de cidadania</p> <p>Empreendedorismo dos Sanjoanenses</p> <p>Existência de razoável grau de proximidade e solidariedade entre o poder público e o cidadão</p> <p>Comunidade educativa bem implantada</p> <p>Actividades recreativas e culturais desenvolvidas que despoletaram o orgulho dos Sanjoanenses</p> <p>Percepção de que as soluções para os problemas partem dos cidadãos</p> | <p>Falta de identidade/visão de futuro comum</p> <p>Falta de confiança em relação aos decisores e instituições responsáveis</p> <p>Excesso de individualismo</p> <p>Cultura do “crescimento económico” em vez de “cultura da qualidade de vida”</p> <p>Degradação da instituição “família”</p> <p>Poucos hábitos de cultura (visitar museus, viajar, ler)</p> <p>Desresponsabilização dos cidadãos</p> <p>Actual modelo orientador das políticas públicas</p> |

3. Plano de Acção proposto

Do diálogo estabelecido com a comunidade Sanjoanense e da análise dos dados quantitativos reunidos pela equipa técnica, reuniram-se um conjunto de ideias para acções a levar a cabo no Concelho. A maioria delas reúne-se em torno dos seguintes eixos:

Investir em campanhas de informação/ sensibilização: destaca-se a necessidade de concretização de campanhas de sensibilização e informação sobre cidadania. O tema central mais referido pelos cidadãos para estas campanhas é o ambiente, na vertente “como pode o cidadão contribuir para um melhor ambiente”. Os resíduos (como separar, como acondicionar,

como se libertar de certos tipos de resíduos) e a limpeza urbana (principalmente os dejectos caninos) são prioridades.

Disseminar informação útil: através de vários tipos de meios e suportes deve disseminar-se informação válida que contribua para uma boa cidadania e contribua para o espírito de comunidade. Por exemplo, o consumo, o ambiente, a toxicod dependência, as relações geracionais e interpessoais, a higiene pessoal, a saúde, são temáticas a abordar de uma forma tangível ao cidadão comum.

Promover o associativismo: este é um dos pontos fortes do Concelho e que pode ainda ser melhorado através dos seguintes aspectos: fomentar o associativismo urbano; aperfeiçoar o planeamento dos apoios anuais que a autarquia dá às associações; promover maior articulação entre as associações e; criar instâncias de auscultação do associativismo (para que o cidadão sinta que pode influenciar as decisões), entre outros.

Investir nas estruturas: as infra-estruturas e meios físicos são referidos como a possibilidade de dar espaços físicos e temporais para certos tipos de expressões (ex.: grafitti), acompanhar a implantação de comportamentos adequados (ex.: baldes para a separação de resíduos, papelarias nas ruas ou balneários públicos) ou promover zonas de convívio e partilha (ex.: centros comunitários)

Promover o sentimento de pertença: através da promoção de concursos que premeiem a escola, o lugar, o prédio, o jardim mais cuidado, estimular a responsabilização pelos espaços e o sentimento de pertença e orgulho.

Incentivar a participação útil do cidadão: uma das sugestões de acção com mais força, referida quase unanimemente pelos líderes de opinião consultados é a necessidade de criar aquilo que podemos designar “Agenda 21 Local de Bairro”. Desta forma as pessoas sentem-se mais próximas dos problemas e das soluções. Além disso, através de Fóruns locais evita-se a deslocação de pessoas que vivem num contexto mais periférico até a um espaço formal – o da autarquia – que se localiza no centro da cidade (apesar de S. João da Madeira ser um Concelho com uma área muito pequena esta segmentação em áreas com características muito próprias é uma realidade).

A participação do cidadão na vida em comum de S. João da Madeira implica uma promoção da informação sobre os processos de participação dos cidadãos que estão disponíveis e ainda o estímulo ao voluntariado, em particular o jovem e o sénior.

Aproximar o cidadão da cultura: uma das acções concretas poderá passar pela promoção de visitas às estruturas/instituições do Concelho (por exemplo às Bibliotecas).

Criar uma “task force” na educação: dar formação específica aos professores para que possam estabelecer a relação escola-família, promovendo a comunicação positiva e organizar pequenos grupos de trabalho (jardins de infância/escolas) para trabalhar com os profissionais da educação e com os pais para falar sobre temas importantes (enfoque nas relações interpessoais), são algumas das acções prioritárias.

3.1. Plano de acção – rumo a um “Concelho dos Cidadãos e para os Cidadãos”

O plano de acção procura, por um lado, responder aos problemas identificados no diagnóstico da situação actual e, por outro, assegurar que a cidadania em S. João da Madeira evolui no sentido de permitir atingir a sustentabilidade: ambiental, social e económica. Apresentamos na Tabela 5 os Eixos Estratégicos de Intervenção nos quais são enquadradas as acções a implementar. No documento final cada acção apresentada está igualmente discriminada numa ficha individual.

Tabela 5 – Eixos de intervenção e acções específicas definidos no Plano de Acção sobre educação cívica em S. João da Madeira

Eixo de Intervenção 1 – *Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura*

- Acção 1.1 – Organização de “dias abertos” nas instituições públicas e privadas
- Acção 1.2 – Dinamização de um grupo de reflexão sobre educação
- Acção 1.3 – Relançamento do Programa Escolar da Agenda 21 Local
- Acção 1.4 – Promoção do acesso às bibliotecas
- Acção 1.5 – Criação de uma “Escola de Pais”

Eixo de Intervenção 2 – *Promoção de uma identidade própria e sentimento de pertença*

- Acção 2.1 – Promoção de concursos “O mais...”
- Acção 2.2 – Dinamização de um grupo de reflexão sobre “O futuro comum”

Eixo de Intervenção 3 – *Promoção da informação sobre cidadania e ambiente*

- Acção 3.1 – Organização de acções de formação para professores sobre “Formação Cívica”
- Acção 3.2 – Edição do “Guia do Cidadão” (papel e versão electrónica)
- Acção 3.3 – Lançamento de campanhas temáticas de informação e de sensibilização
- Acção 3.4 – Organização de sessões de esclarecimento ao público/tertúlias sobre “Qualidade de Vida e Cidadania”

Eixo de intervenção 4 – *Promoção do associativismo*

- Acção 4.1 – Incentivo à criação de uma ONG de ambiente e cidadania
- Acção 4.2 – Criação de espaços associativos nos limites do Concelho

Eixo de intervenção 5 – *Incentivo à participação útil do cidadão*

- Acção 5.1 – Promoção de Agendas 21 Lugares/bairros/ruas
- Acção 5.2 – Desenvolvimento de um programa de voluntariado jovem e sénior

CONCLUSÕES

Uma questão fundamental sobressai da experiência acumulada com este trabalho: a elaboração de um plano de acção, independentemente do promotor, do executante ou do objectivo, é extremamente produtiva quando o público-alvo desse plano é envolvido na sua execução. O valor acrescentado é muito elevado: estas pessoas conhecem os locais, as experiências anteriores, as necessidades, os problemas, as limitações institucionais e, acima de tudo, tem uma imensa capacidade de indicar caminhos válidos e exequíveis para o futuro. No caso aqui descrito, o público-alvo é o conjunto de cidadãos de S. João da Madeira. Naturalmente, um trabalho desta natureza corre sempre o risco de não representar as visões de todos os cidadãos e a equipa deste projecto tem plena consciência de que alguns grupos não foram auscultados da forma ideal. Por exemplo, os idosos, os jovens e outros grupos minoritários deverão ser mais amplamente envolvidos no processo participativo em futuras acções.

Uma outra questão chave em processos desta natureza passa por não assumir que a existência de um plano de acção é o clímax do processo. Efectivamente, depois de 15 meses de trabalho na comunidade, o que pode ser dito é que o plano de acção não é mais do que um passo importante para a resolução das questões estratégicas apontadas pela população e analisadas quantitativa e qualitativamente pela equipa técnica. Na verdade, esta fase de implementação de um processo de Agenda 21 Local pode ser considerada o início dos problemas. Quer com isto dizer-se que para atingir o plano de acção se envolveu uma parte significativa da comunidade no processo, o que criou nos cidadãos e grupos expectativas (em geral elevadas) sobre esse planeamento. Nesta fase, os cidadãos estão atentos e comprometidos, e, como tal, exigem ver resultados. Mas os resultados estão dependentes do ultrapassar dos constrangimentos institucionais, financeiros e humanos que muitas vezes estão associados à implementação de certas acções. Neste momento, as limitações financeiras existentes na maioria ou totalidade das autarquias, são um forte obstáculo à implementação das acções propostas. A ausência de fundos comunitários para a

promoção de actividades no âmbito do desenvolvimento sustentável, também acrescenta uma fonte de inércia.

Assim, a implementação do plano de acção aqui apresentado está no momento crítico de conseguir reunir os recursos financeiros, humanos e as alterações organizacionais necessários ao seu avanço. Existe, no entanto, uma forte expectativa de várias destas acções virem a ser implementadas durante o ano 2005.

Para mais informações sobre o projecto consultar www.agenda21sjm.org

AGRADECIMENTOS

Na elaboração do relatório que deu origem a este artigo deram uma contribuição importante os elementos da equipa técnica da Rede Social de S. João da Madeira, na pessoa da Dra. Elsa Teixeira, a quem agradecemos. Queríamos igualmente agradecer a vários cidadãos e instituições do Concelho de S. João da Madeira a sua desinteressada participação na elaboração deste relatório, assim como a todos os colegas que nele colaboraram voluntariamente: Ariana Martins, Carolina Pereira, Mayra Silva, Mónica Ribeiro, Patrícia Ferreira, Ramón Ruiz Requena, Sofia Ribeiro, Tânia Pena e Virgínia Costa. Agradecemos ainda ao Prof. Doutor João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) a cuidada revisão científica do trabalho.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. F. *et al*, 2001. *II Inquérito Nacional “Os portugueses e o ambiente”*. Observa – Observatório de Ambiente, Sociedade e Opinião Pública. 39pp.
- Baptista, I., 2001. Desenvolvimento sustentável e planeamento territorial. Novos desafios no envolvimento da sociedade civil. *Suplemento de Engenharia do Ambiente do Jornal Expresso de 3 de Novembro*.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1992), “Portugal e a Europa, diferenças e semelhanças”, *Análise Social*, nº 118/119
- CABRAL, Manuel Villaverde (2003), “Globalização, poder e cidadania”, *Ideias à Esquerda*, nº 1
- Connor, D. M., 1994. *The social profile. Constructive Citizen Participation*. II:1-2p.
- Connor, D., 1997. *Constructive Citizen Participation: a resource book*. Development Press. 6th Edition
- Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2002. *Rede Social: Diagnóstico Social*. Rede Social. 179 pp.
- Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2002. *Rede Social: Pré-Diagnóstico Social (Documento sujeito a discussão pública)*. Rede Social. 179pp.
- Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2003. *Rede Social: Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção 2003 (2º Semestre)*. Rede Social. 13pp.
- Daveau, Suzanne, 2000. *Portugal Geográfico*. Ed. João Sá da Costa. 223pp
- EORG, 2002. *Eurobarometer 58.0 – The attitudes of Europeans towards the environment*. Survey managed by Directorate-General Press and Communication “Public Opinion Analysis” written by The European Opinion Research Group for Directorate-General Environment. 42pp.
- Farinha, J. *et al*, 2002. *Participação pública no combate à desertificação*. Ed. Direcção Geral das Florestas & Universidade Nova de Lisboa. 34pp.
- Fernandes, M. António, 1996. *S. João da Madeira - Cidade do Trabalho*. Ed. Câmara Municipal de S. João a Madeira. 316pp
- Fidélis, T., 2001. *Planeamento territorial e ambiente – o caso da envolvente à Ria de Aveiro*. Ed. Principia – Publicações Universitárias e Científicas. 315pp.
- Giollitto, P. *et al*, 1993. Como ensinar a educação cívica na escola. Colecção “Questões da Educação”. Ed. Didáctica Editora. 110pp.
- Gonçalves, M. E.(ed.) *et al*. 2001. *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*. Edições 70. 270pp.
- Hallo, R. E., 1997. *Public Access to Environmental Information. Experts Corner number 1997/1*. Ed. European Environment Agency. 41pp.
- Hernández, F. H., 2002. *EntreTantos - Guia prática para dinamizar procesos participativos sobre problemas ambientales y sostenibilidad*. Ed. Gea. 137pp.
- ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives, 1996. *The Local Agenda 21 Planning Guide – An introduction to Sustainable Development Planning*. 211 pp.
- ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 2001. *Accelerating Local Sustainability – Evaluating European Local Agenda 21 Processes – Volume I*. ICLEI. 135pp.

- ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 2001. *Accelerating Local Sustainability – Evaluating European Local Agenda 21 Processes – Volume II*. ICLEI. 124pp.
- ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 1999. *Módulos para Workshop: um suplemento do Guia de Planeamento da Agenda 21 Local*. ICLEI.
- INCM, 1997. Constituição da República Portuguesa 1976 (4ª revisão). Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 244 pp.
- INGLEHART, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization – Cultural Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press
- Marques, 2001. *Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências: a participação dos cidadãos no Concelho de Santa Comba Dão*. www.ceg.ul.pt/invest/raul_marques_resumo_tese_1.htm. 8pp.
- Oliveira, R. & Baptista, I., sem data. *Guadiana Vivo: uma abordagem participada ao planeamento e gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana*. Ed. Associação de Defesa do Património de Mértola. 61pp.
- PAIS, José Machado e CABRAL, Manuel Villaverde (coordenadores), (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo – Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses*, Lisboa, Celta Editora
- Rede Social de S. João da Madeira, 2003. Plano Municipal de Gerontologia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), *Democracia e Participação*, Porto, Afrontamento
- Schmidt, Luísa, 2003. *Ambiente no Ecrã – emissões e demissões no serviço público televisivo*. Ed. Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais. 465pp.
- Seitz, D., 1994. *Agenda 21 – The Earth Summit Strategy to Save our Planet*. Earthpress. 321pp.
- Sendim, J. C., 2002. Guia Ambiental do Cidadão. Ed. CIDAMB/D. Quixote. 229pp.
- Sendim, J. C., 2002. Guia Ambiental do Cidadão. Ed. Publicações D. Quixote. 229pp.
- Site da CMSJM: www.cm-sjm.pt
- Site do INE: www.ine.pt
- UNCHS & UNEP, 1999. *Establishing and Supporting a Working Group Process. Sustainable Cities Programme Source Book Series*. Volume 3. 123pp.
- UNDP, UNEP, WB, WRI, 2003. *World Resources 2002-2004: Decisions for the Earth: Balance, Voice and Power*. World Resources Institute, 315pp
- Vasconcelos, L.T., Baptista, I., Henriques, T., 2002. *Sustainability at the local level - intellectual, social and political capital building*. Paper presented at the XV Conference: Planning and Regional Issues in the Border Regions. 18pp.
- Viana, C. I., 2002. *Caracterização do Concelho de S. João da Madeira*. Trabalho de Pós-Graduação em Gestão Ambiental. Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa. 78pp
- Weisbord, M & Janoff, S., 2000. *Future Search: an action guide to finding common ground in organizations and communities*. 2nd Edition. Berret-Koehler Publishers. 265pp.